

MOCAMBOS DO TROMBETAS: VIAJANTES E EXPLORADORES DE 1850-1915

Julienne Pereira dos Santos¹

RESUMO:

Este artigo constitui-se de uma análise das crônicas de viagens sobre a região do Trombetas, município de Oriximiná/PA, publicadas no período de 1850-1915. Apesar de essas narrativas desvelarem uma grade diversidade de agentes sociais, o objeto de reflexão são os antigos “mocambos” ou “quilombos” da região, analisados a partir das crônicas produzidas por naturalistas, exploradores e missionários. A análise de diferentes fontes históricas, de diferentes gêneros, além de imprimir à sociedade um contexto histórico, possibilita reconstruir as formas de classificação sobre os agentes sociais atualmente autodefinidos enquanto “quilombolas”.

Palavras-chave: viajantes, quilombos, mocambos

ABSTRACT:

This article is an analysis of the chronicles of trips on the region of Trombetas, municipality of Oriximiná in the State of Pará, Brazil, published in the period between 1850-1915. Although these current narratives reveal a diverse range of social agents, the object of reflection is the ancient “mocambos” or “quilombos” of the region, analyzed from chronicles produced by naturalists, explorers and missionaries. The analysis of different historical sources, of different genres besides giving society a historical context, makes it possible to reconstruct the forms of classification on the social agents currently self-defined as “quilombolas”.

Keywords: travelers, quilombos, mocambos.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Pesquisadora Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCISA). e-mail: july.orix@yahoo.com.br

1. Introdução

De águas escuras, com trechos encachoeirados e correntes normais, o rio Trombetas é um afluente do rio Amazonas, localizado na segunda maior área geográfica do Estado do Pará, o município de Oriximiná. Devido à grande extensão territorial, o rio é dividido em baixo, médio e alto rio Trombetas. O Trombetas é conhecido nacional e internacionalmente pelo seu enorme potencial mineral. Desde 1970 toneladas de bauxita, matéria-prima do alumínio, são explorados e exportados para países, como: Alemanha, Canadá, Estados Unidos e China.

Para além da riqueza mineral, esse rio é marcado historicamente por ser refúgio de escravos fugidos, representando simbolicamente um espaço de liberdade para dezenas de negros que fugiam das fazendas da região durante os séculos XVIII e XIX. “Encontraram no rio Trombetas, condições naturais favoráveis à realização dessa existência, o que explica a originalidade do mundo social construído” (Acevedo e Castro, 1998, p. 41).

A produção de conhecimento sobre os “mocambos” ou “quilombos” da bacia do rio Trombetas passa inicialmente pela literatura produzida por viajantes naturalistas exploradores, missionários e funcionários públicos. Poderíamos designar tal gênero de escritos como “crônicas de viagens”. As crônicas de viagens ao rio Trombetas desvelam uma multiplicidade de agentes sociais: indígenas, quilombolas, regatões, castanheiros, seringueiros, extrativistas de várias ordens. Este artigo, objetiva focar, especificamente, nas crônicas de viagens, sobre essa região, que relatam a existência dos denominados “quilombolas” ou “mocambeiros”.

Minha família é reconhecidamente descendente dos antigos mocambos do Trombetas, por isso, cresci ouvindo narrativas sobre nosso passado, sobre pessoas, lugares e, principalmente, relatos das transformações sociais causadas pelo avanço da exploração mineral na região, tal como a extração da bauxita pela Mineração Rio do Norte e projetos de preservação ambiental que resultaram em Unidades de Conservação (UCs) dentro das áreas ocupadas pelas comunidades que atualmente se autodefinem como *remanescentes de quilombos*².

Para entender essas narrativas vivenciadas no quilombo, sobre recordações pretéritas dos agentes sociais, utilizo o pressuposto adotado por Poutignat & Streiff-Fenart (2011, p. 13), de que o fato de eles serem orientados por recordações pretéritas, “este passado não é o da ciência histórica; é aquele em que se representa a memória coletiva”, o que pode ser uma “história mítica” e, do mesmo modo, legendária.

Os quilombos nesta região foram efetivamente a forma de resistência mais duradoura contra o sistema escravista, embora a história oficial brasileira tenha focado com maior

² A partir da publicação do Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, Art. 2 a designação dos remanescentes de quilombos passa a ser identificada pela autodefinição da própria comunidade, portanto, a denominação não perpassa por uma classificação ditada pelo Estado, mas pelos próprios agentes sociais. Esse mesmo critério é válido para os povos indígenas.

vigor a existência do quilombo Palmares liderado por Zumbi, em Alagoas, deixando de lado a existência de quilombos na Amazônia e em outras regiões do Brasil, como, por exemplo, os quilombos da região de Pedro Cubas e Vale do Ribeira em São Paulo³.

Assim como a história dos povos indígenas, a presença de quilombos na Amazônia é obscurecida. Minha intenção, para além de protestações acerca dessa “invisibilidade” do negro, é um convite ao leitor quanto a pensar de que forma o *discurso* constrói ou desconstrói uma região, um povo? De onde derivam certos estigmas e preconceitos, culturalmente tão arraigados?

Para Foucault (1997), o discurso é muito mais que um conjunto de enunciados, sendo, pelo autor, denominado como:

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1997, p. 43).

Neste sentido, uma leitura contextualizada é capaz de desvelar práticas sociais que marcam uma determinada época. No caso dos remanescentes de quilombos, é curioso entender as designações atribuídas pelos agentes externos, denominados “brancos”.

Segundo Oliveira Filho (1983), a relação que conecta a antropologia com os relatos de viagens é marcada por uma ambiguidade, caracterizados por uma proximidade e expectativa de estabelecer entre esses dois discursos uma relação de complementariedade; por outro, marcado pelo distanciamento e caráter dissolúvelmente singular. A propósito, cabe indagar de que forma trabalhar as crônicas de viagens em uma abordagem antropológica?

Os primeiros registros sobre os quilombos do rio Trombetas foram publicados no século XIX, narrados por missionários e militares que subiam o rio com objetivo de catequizar “as almas” ou para efetivar a destruição dos mocambos construídos nas cabeceiras, igarapés e cachoeiras que constituem aquele rio. Os “mocambos” ou “quilombos” do rio Trombetas constituíram-se a partir de ex-escravos que fugiram das fazendas de cacau e gado, localizadas em Óbidos, Santarém e até mesmo Belém (CASTRO & ACEVEDO MARIN, 1988).

Atualmente, o rio Trombetas se tem figurado como importante espaço social, geográfico, histórico e econômico para a Amazônia. É neste lugar que se encontra

3 O levantamento de que participei no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil, aponta para a presença de comunidades quilombolas em todas as regiões brasileiras. Até 2015, de acordo com os dados oferecidos pela Fundação Cultural Palmares, o total de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil era de 2.474 (dois mil, quatrocentos e setenta e quatro).

a maior produção de bauxita do Brasil, sendo, ainda, historicamente considerado como alvo de políticas desenvolvimentistas, materializadas em projetos de infraestrutura como, por exemplo, a BR 163. Perpassando o território quilombola de Cachoeira Porteira, a rodovia foi “construída” durante o regime militar, como parte do projeto de “integração da Amazônia”, tornando-se palco das maiores modificações da natureza.

Neste contexto, onde a política regional estava tutelada ao governo central, controlado por militares, em Cachoeira Porteira, a montante do projeto minerador da MRN, o regime civil-militar implantou iniciativas agressivas de “integração”, dessa forma, em 1973, a Andrade Gutierrez, abre em meio a floresta um trecho da BR 163, ligando Cachoeira Porteira à BR 210 ou Perimetral Norte. As obras desse trecho da BR 163 ficaram por acabar, largada a ação do tempo. 220 quilômetros de estrada até o trecho onde passaria a Perimetral Norte (FARIAS JUNIOR, 2016, p.282).

Somadas a essas iniciativas, incluem-se as políticas ambientais restritivas advindas da criação da Reserva Biológica do Rio Trombetas em 1979, através do qual institui em seu artigo terceiro, parágrafo único a proibição de QUALQUER alteração do meio ambiente, inclusive no que diz respeito ao acesso à caça e pesca na área que abrange 407.754,23 hectares da margem direita do rio, ressalvadas as atividades científicas devidamente autorizadas.

Esses “projetos” econômicos e de infraestrutura têm tratado as comunidades quilombolas de forma excludente, como empecilhos ao desenvolvimento. Todas essas políticas oficiais têm, culturalmente, impactado as comunidades quilombolas da calha do rio Trombetas e Erepecuru⁴. Atualmente, no município de Oriximiná, há 31 (trinta e uma) unidades sociais, consideradas de “uso comum”, ou seja, de acesso coletivo. Apregoadas pela CF/1988, doravante prevê o art. 68/ADCT, certificadas, portanto, pela Fundação Cultural Palmares, essas terras estão reconhecidas oficialmente como pertencentes às chamadas *comunidades remanescentes de quilombos*, dentre as quais 21 (vinte e uma) possuem seus respectivos títulos de domínio. Somado a isso, trata-se de uma região que tem por mérito abrigar a primeira comunidade a receber titulação de seu território em 1995: a comunidade Boa Vista.

2. Relatos de viagens x antropologia: breve contextualização

Como mencionado na introdução, os primeiros escritos sobre o Brasil e sua gente dizem respeito a registros feitos por quinhentistas e seiscentistas, fruto de relatos dos viajantes enviados ao “Novo Mundo” e financiados pela coroa portuguesa

⁴ Trata-se de um afluente do rio Trombetas.

com o propósito de informar as características físicas, geológicas e, principalmente, as riquezas existentes nessa nova colônia. Nos livros de educação básica, a história do Brasil inicia pelas narrativas do famoso diário de viagem de Colombo, em 1500, no qual descrevem-se, para além da paisagem, as características nativas e as riquezas desse território. Na Análise acerca dos arquivos da Amazônia, Almeida (2008) chama atenção para ênfase desse modelo utilizado pelos intérpretes da Amazônia. Na ênfase dada, prevalece o sentido e interesses que se voltam para natureza em detrimento de comentários acerca da organização étnica estabelecida entre povos, num claro propósito de camuflar qualquer leitura crítica sobre região.

A justaposição dos argumentos bio-organicistas e noções inspiradas no geografismo tem se constituído, no entanto, num obstáculo permanente a uma compreensão crítica da realidade empiricamente observada e designada como Amazônia. A esta justaposição acrescenta-se a engrenagem de apresentar um problema sob uma visão dual, contrapondo um extremo a outro, oposição simétrica a outro, para lograr uma síntese apontada como irretorquível e racional (ALMEIDA, 2008, p.11).

No campo da antropologia, os relatos de viagens aparecem como uma das fontes de informações para a construção das primeiras teorias antropológicas, elaboradas pelos teóricos da vertente evolucionista, a exemplo de Tylor e Frazer, denominados “antropólogos de gabinete” ou “antropologia de gabinete”, na qual o antropólogo trabalhava apenas com fontes secundárias, sem realizar trabalho de campo, “desprovidos” da observação. Essas teorias foram profundamente criticadas pela comunidade científica, tanto pela metodologia comparativa que enxergava as sociedades como fruto de uma história comum, portanto, linear, a respeito da qual afirmava-se que cada sociedade passaria por estágios que explicariam as diferenças e semelhanças; quanto pela premissa da falta de confiabilidade dos relatos de terceiros.

No contexto atual, cabe indagar qual a relação entre as crônicas de viagens e a antropologia? O que distingue um relato de viagem de uma etnografia? Segundo Oliveira Filho (1983, p. 83), a contribuição dos viajantes para com a antropologia contemporânea consiste na referência à contextualização histórica no campo, uma vez que apenas a observação participante não é suficiente para o pesquisador “capturar a lógica mais profunda do mundo social”, para que essa “captura” seja viável.

Os relatos de viagens, ao contrário, ajudam o antropólogo imprimir à sociedade estudada uma dimensão histórica mais profunda, reunindo informações que transcendem em muito a capacidade de observação dos etnógrafos durante a sua situação de campo (OLIVEIRA FILHO, 1983; p.85).

De acordo com Oliveira Filho (1983), a categoria *viajantes*, nas palavras do autor, concerne a um conjunto de atores nomeados, recortados e valorizados por diferentes “classificadores” ou estudiosos que detêm o domínio cristalizado de ideias, fatos, juízos e avaliações. Sendo assim, “viajante”, neste sentido, é uma classificação externa dada a diferentes atores sociais, bem como exploradores, aventureiros, naturalistas, funcionários públicos e missionários que, por alguma finalidade, estiveram em uma determinada região e publicaram o registro descritivo da mesma.

Por essa perspectiva levantada por Oliveira Filho (1983), podemos afirmar que quando se faz referência as crônicas de viagens, estamos nos referindo a uma categoria composta de agentes heterogêneos, com formações acadêmicas, nacionalidades, com financiamentos e objetivos diversos. Por esse viés, o trato das crônicas exige inicialmente uma série de questionamentos acerca da fonte como um todo: quem escreveu? De onde veio? Qual a formação acadêmica? A viagem foi financiada ou de livre arbítrio? Em caso de financiamento, quem financiou? E, principalmente, qual o objetivo da expedição?

Essas incógnitas, apesar da natureza simplista, sociologicamente as mesmas resguardam um grau de importância, pois, na abordagem da Sociologia Reflexiva de Bourdieu (1983), um fato científico é construído pelos interesses, portanto, é necessário localizar os produtores – e/ou formadores de ideias –, no campo social. Essa localização nos permite fazer uma leitura crítica dos relatos, levando em consideração a capacidade técnica e os meios que lhes permitiram a passagem pela região descrita, o que Bourdieu denomina de *competência científica*⁵.

A chegada do europeu na Amazônia pode ser compreendida a partir de sua atuação em diversos momentos; sem prescindir de coincidências, as primeiras cartas enviadas a Portugal fazem referência às regiões litorâneas. As crônicas e diários de viagens escritos sobre a região amazônica, durante o período colonial, foram sempre realizados por espanhóis e portugueses (OLIVEIRA FILHO, 1983, p. 97), ressaltando-se, que a primeira iniciativa de viajante a adentrar na Amazônia, nas palavras de Oliveira Filho, foi a expedição de LA CONDAMINE (1701-1774). Os primeiros relatos sobre a Amazônia reforçam o imaginário europeu, com fulcro na lenda das índias guerreiras, conhecida popularmente como a “Lenda das Amazonas”. A analogia faz referência ao nome do rio que banha quase toda a região norte, chegando a ser um dos maiores em volume de água do mundo.

Dada a contribuição dessas crônicas de viagens, frequentemente, quando se lê trabalhos de historiadores e antropólogos, nos deparamos com referências feitas aos primeiros exploradores, missionários e aventureiros classificados no termo geral de

⁵ Bourdieu define a competência científica como a capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

viajantes; dos que estiveram e produziram os primeiros escritos sobre aquela localidade, seus habitantes, modos de vida etc.

3. Quilombo e mocambo: conceito e crítica quanto ao uso dos termos

Apesar de serem entendidas como sinônimos, os termos “quilombo” e “mocambo” apresentam algumas distinções. Segundo Castro & Acevedo Marin (1998), na literatura colonial oficial, como em documentos policiais, o termo “mocambo” aparece como se tratando de um reduto de marginais e bandidos, enquanto que o termo “quilombo” remeteria diretamente à confrontação com o sistema escravista.

A designação formal do termo *remanescente de quilombo no Brasil* surge cem anos após a Lei Áurea, com a Constituição de 1988; como resultado de pressões sociais, que reconhece o direito sobre a terra. Com a promulgação da Lei Áurea em 1888, muitos dos ex-escravos continuaram nas fazendas dos senhores, visto que a perspectiva de vida fora dos domínios dos senhores de escravo era algo limitado, sobretudo, pelo fato de os alforriados não deterem a posse da terra para o cultivo.

Por esse motivo, continuar trabalhando nas fazendas era a alternativa mais eficaz para manter a subsistência da família em troca da única mercadoria que possuíam: a força de trabalho. Em outros casos, os ex-escravos deslocavam-se em direção a terras agricultáveis, aquilombando terras e que hoje, em condições precárias, como é o caso do quilombo Tambor, no rio Jaú, município de Novo Airão/Amazonas, conforme aponta Farias Junior (2013).

Para proceder à análise sociológica acerca dessas unidades sociais, oficialmente designadas de *comunidades remanescentes de quilombo*, convém compreender o processo histórico de construção étnica e a ressignificação do termo atribuído a “quilombo”. De acordo com Almeida (2011), o conceito de **quilombo** que predomina nas fontes bibliográficas, desde os primeiros trabalhos científicos acerca dos descendentes de ex-escravos, é uma definição arqueológica e frigorificada atribuída pelo Conselho Ultramarino de 1740, que se baseou na fuga, isolamento, número mínimo de fugitivos.

Quase todos os autores consultados, sejam do presente ou do passado – por exemplo, do clássico de Perdigão Malheiro, A Escravidão no Brasil-ensaio histórico, jurídico, social que é de 1866, até recentes trabalhos de Clóvis Moura, de 1996 –, trabalharam com o mesmo conceito jurídico-formal de quilombo. Um conceito que ficou, por assim dizer, frigorificado. Esse conceito é composto de elementos descritivos e foi produzido em decorrência de uma “resposta do rei de Portugal” em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino, em 1740. Quilombo foi formalmente definido como: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos le-

vantados e nem se achem pilões neles” (Conselho Ultramarino, 1740, apud ALMEIDA, 2011, p. 59).

Nessa perspectiva arqueológica, quilombo é entendido como uma unidade social genérica e totalizante. É necessário compreender que os processos de territorialidade, os aspectos culturais, assim como os conflitos sociais inerentes à realidade dos quilombos percorrem trilhas diferentes, apontando para uma diversidade, o que é contraditório a uma generalização do termo.

Outra questão analítica levantada por Almeida (2011) refere-se a estrutura agrária entre 1979-1985, em que os territórios quilombolas eram designados sob a categorização de “situações especiais”, por estarem fora da estrutura agrária, tal como verificava-se em dados censitários, estatísticos e cadastrais. Essa interpretação leva a refletir que, para além das categorias censitárias e cadastrais, existem designações locais que identificam um território ou uma terra, entendendo-o como algo de “uso comum”, ou seja, de prerrogativa étnica e de uso coletivo. Seria um equívoco utilizar aqueles termos recorrentes na literatura histórica conservadora para designar um quilombo cujas noções, por vezes, carregam um caráter generalizante.

Segundo BARTH (2000), o que define o grupo étnico não é o isolamento geográfico, não é a consanguinidade, não é a cultura, são as fronteiras sociais.

Desse ponto de vista, o foco central para investigação passa a ser a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado. As fronteiras sobre as quais devemos concentrar nossa atenção são evidentemente fronteiras sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial (BARTH, 2000, p. 33-34).

Vale ressaltar que o conceito de quilombo, proposto por Almeida (2011), rompe ainda com a ideia de os quilombos serem compreendidos como agrupamentos fechados e isolados das conjunturas ocidentais. Trata-se de concepções do senso comum perpassadas pela esfera acadêmica.

No relato de Barbosa Rodrigues (1875), os quilombos do Trombetas apesar de descritos como “temido”, aponta para presença de agentes externos que mantinham relações comerciais com os antigos mocambeiros, representados na figura do regatões.

Conhecida, apenas, uma pequena porção do rio pelos regatões, únicos que [se atrevidam então a subir mais, não davam, contudo, estas informações exactas]. Temido, pelo grande mocambo ou quilombo, de pretos fugidos de diversos lugares da província, conservava-se sempre misterioso, guardando os regatões, a chave deste misterio, que por conveniência exageravam os perigos que ahi corria o indivíduo que tentasse explora-lo. (RODRIGUES, 1875, p.5)

Pela perspectiva positivista, o quilombo não tem qualquer relação uns com os outros e, principalmente, com agentes externos. Na região do Trombetas, esse discurso certamente fragiliza a luta do movimento organizativo, sobretudo por não articular qualquer relação com a realidade empírica.

A respeito disso, valendo-se de uma postura crítica, Farias Junior (2016) sustenta que a situação geográfica do rio, ao invés de produzir esse “isolamento”, favorecia uma relação dinâmica entre as etnias que ora habitavam a região: os *quilombolas* “perambulavam” entre os rios Trombetas, Erepecuru, Mapuera e Cachorro, além de percorrerem outros rios menores como o Turuna e Caspacoro/Caxipacoré (FARIAS JUNIOR, 2016, p.70).

A propósito da constituição e reconstrução da memória coletiva, convém destacar aqui as recordações de meu avô Osmarino Gualberto⁶, quando se reporta à lembrança de sua infância vivida por ocasião do surgimento da máquina a vapor na região. Segundo ele, naquele período comercializavam madeira na cidade de Óbidos, o transporte da madeira até esta província era realizado por meio de *jangadas*⁷; passavam semanas à deriva no rio até chegar ao destino. Não obstante, a narrativa de Tavares Bastos (1866), evidencia que, mesmo na condição de fugitivos, os mocambos, como ele os denomina, mantinham uma relação comercial com a província.

A questão do “isolamento” pode ser analisada a partir dos argumentos de O’Dwyer (2002), para quem, essa ideia de que os quilombos do Trombetas são grupos isolados é uma construção advinda da lógica do capital e dos discursos de preservação ambiental, visto que, a região é rica em minério, principalmente, a bauxita, matéria-prima do alumínio. Somando-se à bauxita, a região do Trombetas é extraordinariamente rica em recursos extrativistas (castanha-do-pará, andiroba e copaíba), pesqueiros, hídricos, além de uma vasta e prodigiosa diversidade vegetal.

Tal isolamento parece decorrer de situações novas, impostas por processos identificados como de globalização e suas consequências: a implantação de um grande projeto de extração mineral em seu território e as ações de vigilância e controle sobre os grupos negros do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. Tais ações são realizadas através de uma política de preservação ambiental que define as práticas culturais desses grupos como transgressões à legislação (O’DWYER, 2002, p.256).

⁶ Sou quilombola dessa região. Minha família é descendente dos antigos mocambos, cresci no quilombo de Cachoeira Porteira, onde meus pais residem até os dias de hoje.

⁷ Jangada é uma embarcação de madeira envolta por uma vela triangular que com a ajuda do vento move a embarcação, típica da região nordeste brasileira. A jangada referenciada pelo meu avô era construída a partir da junção de várias madeiras com propriedades flutuantes, na qual se construía uma proteção de palhas; improvisava-se um fogão, o que lhes dava condições de passar semanas navegando até a cidade.

Sendo assim, no Brasil, a concepção do termo “quilombo”, enquanto uma categoria analítica, deve perpassar por um processo de ruptura com essas três ideias “fritificadas” a respeito do sentido jurídico-formal atribuído a quilombo: quilombo como uma unidade genérica; ideia de isolamento; e cultural, no sentido de tradição. Essa ruptura, além de corroborar para uma reflexão epistemológica, funciona como fio condutor para a quebra desses paradigmas de conotação preconceituosa, vivamente concebida desde a fase colonial, perpassando o período imperial até o advento do período republicano.

O fator norteador de cada quilombo é bem diverso, as histórias que ouvi na minha infância, acerca dos nossos ascendentes não são as mesmas que os jovens quilombolas do quilombo Tambor, em Novo Airão, ouviram⁸; as formas de sociabilidade são outras. Isto porque a economia tem condicionantes históricos diversos.

Até mesmo o termo *remanescente de quilombo* como é formalmente reconhecido, carrega estereótipos e estigmas. Para Almeida (2011) o termo *remanescente* remete para a noção de “resíduo”, “sobra” e “resto”.

Os quilombos, como espaço de construção social, não são modelos prontos, o contexto e a realidade empírica são heterogêneos; o cotidiano do coletivo quilombola é, por isso mesmo, construído e reconstruído socialmente. Na contemporaneidade, o sentido atribuído à “fronteira étnica” expressa uma política de territorialidade, “cuja simbologia é acionada para fixar as diferenças. A dimensão histórica e arqueológica dos quilombos cede lugar a esta atualidade da mobilização política” (ALMEIDA, 2011, p. 95).

4. Naturalistas, missionários e exploradores: a história dos quilombos nas páginas das crônicas de viagens

Em “Elementos para uma sociologia dos viajantes”, Oliveira Filho classifica as viagens dos cronistas em duas categorias: *científicas*⁹ e *exploratórias*. Compete, todavia, aqui acrescentar, com relação a região do rio Trombetas, as viagens missionárias de cunho religioso e as expedições militares ou punitivas voltadas para a captura de

8 No Trombetas estudos de antropólogos e historiadores, bem como na narrativa dos mais velhos da região, prevalece a narrativa da condição de nossos ascendentes serem ex-escravos fugidos das fazendas de Santarém, Alenquer e Óbidos. No caso da região do quilombo Tambor, FARIAS JUNIOR (2013) aponta que há duas versões diferentes sobre os antepassados. I Narrativas apoiadas na dignidade de nunca terem sido escravos; II narrativa apoiada na fuga.

9 OLIVEIRA FILHO (1983) destaca que as viagens científicas dependem antes de tudo da existência de naturalistas e filósofos da natureza. Nesse sentido, caracteriza esses viajantes como “indivíduos com uma formação humanística e geral e que se interessam, principalmente, em estudar fenômenos da natureza de modo sistemático e mediante comparações e a construção de tipos, classes, gêneros e espécies”.

escravos fugitivos, tal como as científicas e exploratórias também descreveram acidentes geográficos, recursos naturais e a existência de nativos.

As primeiras narrativas de que se tem registro, segundo FARIAS JUNIOR (2016), descrevem a região do Trombetas no século XVIII como produzida por missionários denominados Capuchos da Piedade, dentre os quais podemos destacar as de Frei Francisco Manços (1725 e 1727), Frei Carmelo Mazzarino (1866). Esses missionários pertencem a corrente da Ordem Franciscana, de origem espanhola e chegaram a Amazônia na metade do século XVII. Inicialmente, os objetivos das expedições missionárias pelo Trombetas iam além da tradicional catequização.

A tese de Acevedo e Castro (1998) parte do pressuposto de que essas primeiras viagens eram realizadas com apoio do Estado, como uma espécie de “vigilância territorial”.

Esses procedimentos contínuos e regulares para observar, descrever territórios, recursos naturais e etnias, tinham o propósito explícito de descobrir, confirmar, antecipar e reforçar as ações das autoridades do Estado Colonial e posteriormente do Estado Nacional. Os resultados eram almejados nas sedes de congregações religiosas, pelas administrações de países europeus e a própria comunidade científica internacional (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p. 89).

Na narrativa dos quilombolas e sobre os ascendentes do Trombetas, conhecido como quilombo Maravilha, o elemento “fuga” aparece como constituinte na formação dos mocambos da região. Na análise de Salles (1971), sobre os negros no Pará, as fugas em massa de escravos das fazendas para lugares de difícil acesso eram impulsionadas pelo desejo de liberdade, o que para o Estado era visto como um crime a ser combatido, fato que resultou nas expedições militares de caráter coercitivas.

A fuga de escravos tornou-se um processo contínuo, rotineiro e incontornável. Acelerou-se, conforme alguns historiadores, com a propaganda da Independência, que atraiu os escravos, os quais “com suas pretensões de liberdade”, salientaram-se nas fugas dos senhores e internação pelo interior, havendo sido, nesse período, um dos empregos da força militar de linha e caça desses infelizes nas batidas constante da ilha do Mosqueiro, distrito de Barcarena, ilha Barcarena, ilha das Onças, rios Guamá e Capim etc. à procura dos mocambos para destruí-lo e prender os negros que os constituíam (SALLES, 1971, p. 208).

Segundo Barbosa Rodrigues (1875), por volta de 1822 ou 1823, houve a primeira expedição punitiva para a destruição do “quilombo” Maravilha, que se tinha como liderança no enfrentamento dessa luta o “negro Athánázio”. De acordo com meu avô Waldemar dos Santos¹⁰, atualmente, neste local, há um lago denominado de

¹⁰ Meu avô é um dos moradores mais velhos de Cachoeira Porteira, última comunidade do Trombetas.

Macaxeira. Avizinha-se a este um igarapé, que, em homenagem àquele líder negro, recebeu a denominação de “Athánázio

A expedição punitiva de maior repercussão que se tem registro, na região abordada nesse trabalho, datada da segunda metade do século XIX, adentrou as margens do Trombetas com o firme propósito de destruir o maior quilombo do Trombetas, todavia, os negros utilizaram-se do conhecimento das matas para manter sua própria liberdade.

As expedições punitivas não lograram a destruição dos “quilombos”. A que teve maior repercussão foi à expedição comandada por João Maximiano de Souza, organizada em 1855 para destruir o “famoso quilombo do Trombetas”, conhecido como Maravilha. Tal episódio ainda hoje é narrado pelos quilombolas. As narrativas falam de uma fuga desesperadora, onde os próprios quilombolas destruíram o quilombo para não entregar nada às forças militares (FARIAS JUNIOR, 2016, p.63).

Com a destruição deste “quilombo”, os negros fugidos reagrupam-se em outros quilombos rio acima, como Campiche, Fumaça e Turuna. Na narrativa dos mais velhos percebe-se que os quilombolas construíram inúmeros quilombos acima de Cachoeira Porteira. Esses “quilombos”, localizavam-se acima das cachoeiras, provavelmente, para dificultar a perseguição dos chamados “brancos”. A primeira cachoeira do rio Trombetas foi denominada pelos “quilombolas” como Cachoeira Porteira.

Eles tinham lembranças, a localidade deles era aqui mesmo. Era passagem, isso não era moradia de ninguém; era só porto de escravidão, chegavam aqui, pulavam e iam embora. Então chegava ali, dez quilômetros, vinte quilômetros eles faziam as canoas deles e viajavam cada vez mais para cima, correndo. Então, a minha bisavó foi ter a minha avó no Turuna, último quilombo. O Turuna é um rio grande que tem um braço grande que nasce daqui do Trombetas, é mais ou menos uns 180 quilômetros daqui pra lá. (Waldemar dos Santos, Entrevista, 10 de março de 2017).

A Cachoeira Porteira é o acidente geográfico que, para os quilombolas, era simbolicamente a porta de entrada para o “mundo liberto”. Os descendentes dos antigos “quilombolas” narram, ainda hoje, fatos relativos ao passado de resistência à escravidão; lembram de seus heróis míticos”, como, por exemplo, do “negro Basílio”, o libertador de escravos.

Então quando libertaram os negros eles começaram a descer, nessas alturas existiam um curioso dentro sempre do quilombo, ele era maior do que os outros, assim em oração. Quando queriam fazer o mal lá, por exemplo, em Oriximiná, aqui ele já estava sabendo, eram os que vinham corridos. Era o Basílio que era o

curioso, ele adivinhava, tinha aquela sabedoria que Deus deu de nascença para ele (Jesus Viana, Entrevista, 15 de março de 2017).

Farias Junior (2016), sustenta que os moradores mais antigos narram ainda a história de um “tal francês” que teria morrido de febre, abaixo, ou seja, nas mediações da Cachoeira Porteira. A ele é feita a referência de um “tal de Coudreau”. Eles se referem ainda ao explorador francês e sua esposa: Henri Coudreau e Marie-Octavie Coudreau, que estiveram na região no final do século XIX, onde veio a falecer, cujo sepultado se deu no sítio da família Adão

Henri Coudreau escreveu a maior parte do relatório intitulado “Voyage au Trombetas” (1901). Conforme Acevedo e Castro (1998), com o falecimento Henri, o documento foi concluído por sua esposa, Marie-Octavie Coudreau. Este relatório registra, além de recursos naturais, a relação dos exploradores com os “quilombolas”, descrevendo ainda os “caracteres morais” deste agente sociais.

O relato de Orville Derby (1898), aponta que os quilombolas a partir de uma expedição por um afluente do rio Trombetas, rumo a Leste, passaram a manter contatos com algumas tribos indígenas (Ariquinas, Charumans, Tumaianas e Piamicotós), com as quais estabeleceram relações de trocas. Esse afluente é conhecido atualmente como rio Cachorro e, dentre essas tribos, os Tunaynas ainda habitam essa região.

No quadro abaixo, Acevedo e Castro evidenciam essa multiplicidade de viajantes de que se têm registros sobre essa área do Pará, tais como missionários, geógrafos, geólogos, historiadores, advogados e biólogos que estiveram nos quilombos e publicaram ocorrências referentes a fatos registrados na região em períodos correspondentes aos séculos XVIII e XIX.

Quadro 1: expedições ao rio Trombetas e seus afluentes nos séculos XVIII e XIX. Fonte: Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios /Rosa Acevedo, Edna Castro, 1988, p.91.

Ano	Expedicionário	Objetivos e/ou Resultados
1725/1727	Os Capuchos da Piedade penetram no rio Trombetas. Frei Francisco de São Marcos (primeiro a subir o Trombetas).	Os religiosos descem 15 tribos do Trombetas. Relatório da viagem ao rio.
1787	Martinho de Souza e Albuquerque ordena uma expedição de reconhecimento ao rio Trombetas.	Expedição resulta em fracasso por causa de febres que atacaram a equipe.
1799	Francisco José Rodrigues Barata.	Diário de viagem realizada até a colônia de Siruname.
1838	Robert Schomburgk	Estudo Geográfico e Etnográfico das cabeceiras do rio Trombetas.
1854	F. Parahybuna dos Reis (por solicitação da Companhia do Amazonas).	Observações cuidadosas sobre a navegação do Trombetas.
1855	Expedição comandada por João Maximiano de Souza.	Expedição dirigida à captura de quilombos.

Quadro 1 (continuação)

Ano	Expedicionário	Objetivos e/ou Resultados
1862	Thomas Antônio de Aquino.	Expedição sobre Cuminá.
1865	Aureliano Cândido Tavares Bastos.	Estudo Econômico e Geopolítico do Vale do Amazonas, Visitou Óbitos e e fez anotações sobre o rio Trombetas. Escreveu “O Vale do Amazonas”.
1868	Manoel Valente do Couto (talvez acompanhado de frei Carmelo Mazzarino) instruído e financiado pela Câmara Municipal de Óbidos.	No seu relatório final deteve-se sobre as lavouras dos quilombos.
1871	Domingos Soares Ferreira Penna.	Estudo Geográfico e Econômico. Obras completas publicadas Conselho Estadual de Cultura em 1973.
1871	Orville A. Derby.	Estudo Geofísico, Geográfico e Etnográfico do Rio Trombetas, publicado no Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldin em 1896.
1870/1872	Charles F. Hartt.	Estudo de Geografia Física. “Contos sobre as Tartarugas”, publicado pelo Museu Paraense Emílio Goeldin 1896.
1873	Francisco Bernardido de Souza.	Escreveu a Comissão do Madeira, Pará e Amazonas em 1874.
1875	João Barbosa Rodrigues.	Realizou uma expedição e escreveu “Exploração e Estudo do Vale do Rio Amazonas”, publicado pela Tipografia Nacional.
1875	João Maximiano de Sousa	Escreve no Jornal Amazonas um artigo intitulado “Uma Viagem do Rio Trombetas”.
s/d	Spruce	Expedição até a cachoeira porteira do Tronco - rio Cuminá.
1877	Padre Nicolino Pereira Souza	Realizou três expedições no Cuminá. Diário publicado na Revista de Estudos Paraenses em 1894.
1878	Padre Nicolino Pereira Souza	Idem.
1888	Padre Nicolino Pereira Souza	Idem.
1890	Antônio Manuel Gonçalves Tocantins (procura os campos da guiana brasileira apoiado pelos fazendeiros de Óbidos).	Expedição no Cuminá – publicação na Revista de Estudos Paraenses.
1894	Lourenç Valente do Couto	Comunicação de Óbidos com outras cidades próximas.
1895	Paul Le Cointe	Exploração do rio Ariramba, afluente da margem esquerda do Baixo Erepecurú.
1899	Otille e Henri Coudreau.	Realizam expedições no Trombetas e Cuminá – estudo geográfico e etnográfico do Médio e Alto Trombetas no Cuminá, Mapuera e Curuá, publicado em Paris.

Apesar de tais fatos, apresentados em ordem cronológica, eles não pretendem compor “época” ou “continuidade” das informações (FARIAS JÚNIOR, 2016, p.57), uma vez que as ocorrências e registros acadêmicos são heterogêneos e os financiamentos e objetivos são diferentes. Há uma linha muito tênue entre a narrativa de naturalista e a narrativa de missionário. Enquanto o naturalista dá ênfase aos recursos naturais, plantas e animais; o missionário aponta de maneira mais densa para a organização social do grupo e a relação entre sagrado e profano.

Considerações Finais

A leitura de diferentes fontes histórias; de diferentes gêneros, possibilita reconstruir as formas de classificação sobre os agentes sociais atualmente autodefinidos enquanto “quilombolas”, tais como: “mocambeiros”, “mocambistas”, “quilombolas”, pretos fugidos. Vale ressaltar que essas classificações são categorias impostas pelo *outro*, embora isso permita, de certa forma, traçar um retrato dessas múltiplas designações, via de regra, atribuídas a esses agentes sociais que hoje têm o direito da autoidentificação.

Além desse quadro que comporta fatos históricos, as narrativas contribuem para localizar e conectar o pesquisador a seu objeto, ao passo que as informações dos viajantes podem ser desveladas de forma negativa ou positiva em uma situação de campo, ao tempo em que permite revelar um pensamento de uma época.

Qual o olhar do “outro” sobre os quilombolas nesse período? Como, por exemplo, associar preconceituosamente os quilombolas à ideia de perigo, preguiça e malfeitores. Esse é um pensamento de época, em que, por via do estigma, associa-se o negro à submissão ao trabalho em detrimento do poder de mando do homem branco. Toda e qualquer situação diferente a esse imaginário era visto com estereótipos negativos. Daí a importância de uma leitura contextualizada em épocas pretéritas para entender a origem de certos estereótipos de designação para negros, índios, caboclos, entre outros.

Não obstante isso, a leitura das fontes documentais, mais precisamente das crônicas de viagens, não deve ser tratada como uma verdade inquestionável. Por isso, faz-se necessário uma leitura relativista; criteriosamente detalhada de fontes consultadas, de modo a compreender as razões cognitivas que dão vida à forma como a realidade é encarada, interpretada.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Marin, R.E; CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiões das matas e dos rios**. Belém: CEJU/UFPA-NAEA, 1998.

- ALMEIDA, A. W. B. D. Os quilombos e as novas etnia. In: O'DWYER, E. C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV/ Associação Brasileira de Antropologia, 2002. p. 43-82.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos e as Novas Etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: (ORG), T. L. **O guru, o iniciador e** BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. Trad. Paula Montero. São Paulo: Olho d'Água, 2003.
- COUDREAU, M.-O. **Voyage au Trombetas - 7 Août 1899-25 Novembre 1899 (D'après des notes del carnet d'Henri Coudreau)**. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1900.
- DERBY, O. A. O rio Trombetas. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**, Belém, Tomo II, 1898. 366-382.
- FARIAS JÚNIOR, **MEGAPROJETOS INCONCLUDENTES E TERRITÓRIOS CONQUISTADOS: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará**. Tese, 2016.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- MARÍN, Rosa Acevedo; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: Guardiães de Matas e Rios**. 2 ed. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Quilombos identidade e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- O'DWYER, E. C. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminã. In: (ORG), E. C. O. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 255-280.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Elementos para uma sociologia dos viajantes**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1983.